



Juventudes e políticas públicas: ensaaiando reflexões sobre os desafios e potencialidades da atuação psicossocial

Ligia Tlajja Leipnitz

Pesquisadora autônoma

<https://orcid.org/0009-0003-8864-0888>

Luiz Fernando Alvarenga

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8968-0935>

na quebrada do menino
num tem nem ônibus pro centro da capital
isso me parece um sinal
é tipo uma demarcação
de até onde ele pode chegar

e os menino malandrão faz toda a lição
acorda cedo e dorme tarde
é chamado de função
queria casa mas é fundação

tem prestígio, não tem respeito
é sempre o suspeito de qualquer situação

(Menimelímetros, Luz Ribeiro)¹

Introdução: começos ou continuidades?

O tecer deste estudo se abre a partir de experiências e inquietações vividas pela primeira autora durante a graduação em psicologia e foi desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de especialização em Saúde Pública, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O encontro com a temática das juventudes e políticas públicas teve início a partir de um projeto de pesquisa em que se discutiam temas transversais à juventude, como Segurança e Direitos Humanos². Ao longo da trajetória profissional, os aprendizados e o interesse neste campo foram ampliados a partir de experiências, tanto com gestão estadual quanto no atendimento de ponta com políticas públicas.

É uma área que exige por completo, às vezes até mais do que se pode oferecer. Tanta demanda da rotina não permitiu a elaboração de um diário de campo de tudo o que foi vivido, aprendido, questionado, conhecido, descoberto; provavelmente, tal prática teria servido de instrumento para qualificar o trabalho, além de se apresentar como brecha para aliviar as tensões que acompanhavam o cotidiano. No entanto, tais vivências são carregadas no corpo e na memória, não tão claras e organizadas, mas muito presentes e vivas, movimentando o pensar sobre o universo das políticas públicas de/para juventudes e se apresentando enquanto matéria-prima para a construção dessa escrita.

Juventudes, jovens, futuro, presente, problema, educação, violência, homicídios, vida, potência, investimento, cultura, música, arte, criatividade, racismo, oportunidades, pobreza, fome, emprego, empreendedorismo, produtividade, saúde mental, drogas,

1 RIBEIRO, Luz. Menimelímetros. **Revista Pixe**, 2019. Disponível em: <<https://www.revistapixe.com.br/luz-ribeiro>>. Acesso em: 16 set. 2020.

2 Projeto de Pesquisa *Observatório de juventudes: direitos humanos, segurança e subjetivação*, desenvolvido através de uma parceria do Centro Universitário Metodista - IPA, com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS).

ansiedade, depressão, suicídio, políticas públicas, estado, governo, proteção, controle, direitos, deveres, cidadão, dados, indicadores, estudo, intersectorialidade, assistência social, saúde pública, equipe multiprofissional, psicologia, psiquiatria, pedagogia, diversidade, pluralidade, desigualdade social, entre tantos outros temas que se cruzam. O que se passa na tua cabeça ao ler tudo isso? Para onde teu pensamento te leva? A quais experiências te remete?

Partindo de palavras, ideias ou pistas do percurso que se desenvolve, convidamos o leitor a caminhar conosco e adiantamos que não será uma caminhada sempre tranquila, talvez encontremos desconforto, incômodos, tensões, mas também afeto, sensibilidade, música e cultura e, quem sabe, abertura para novos caminhos. Tal convite, que também é um exercício que busca provocar um salto no pensamento a partir da experiência da escrita, é uma aposta para produzir conhecimento na saúde a partir de experiências. Incomodar não necessariamente tenha a ver com algo ruim, mas se apresenta no sentido de ampliar o âmbito visível e fazer mover o pensamento para a produção de resistências, ou seja, para “a criação de um outro ponto de vista, de uma outra política da subjetividade, onde viver é potência de criação de novos mundos” (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006, p. 641).

Para tanto, apresentamos algumas provocações no sentido de abrir espaço para discutir a temática proposta. Jovem, pobre, negro. Em quantas caixas colocaram esse sujeito? Quantas siglas passaram por essa história? Quantos tiros atravessaram esse corpo? Quantos saberes tentaram explicar e adequar seu comportamento? Quantos diagnósticos medicalizaram suas formas de expressão? Quantas instituições prometeram proteger sua vida?

Manchetes de diversos jornais apontam que a cada 23 minutos um jovem negro morre no Brasil, como destaca a matéria de Escóssia (2016) no site da BBC Brasil³. O índice de violência e mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no país tem crescido desde a década de 80 (CERQUEIRA, 2019). É preocupante a forma com que tais informações passam banalizadas pelo olhar de quem lê, virando apenas números. Se esquece que falamos em vidas, em histórias que morrem na contramão de uma estrutura social racista, injusta e desigual.

Tendo como principais justificativas a garantia de oportunidades e direitos para a diminuição da violência e da letalidade juvenil, surge uma série de ações que visam dar conta de uma juventude nomeada vulnerável. Para tanto, trata-se de agir sobre as juventudes para capturar possíveis “perigos” ou “problemas” para a sociedade. Assim,

[...] é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento (CERQUEIRA, 2019, p. 30).

3 ESCÓSSIA, Fernanda da. **A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI**. BBC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em: 29 set. 2020.

Ainda que não sejam políticas voltadas diretamente para a área da saúde, esta se apresenta como componente fundamental para pensar a pauta das juventudes. O discurso da produção e promoção de saúde está atrelado à garantia de direitos aos jovens, como prevê o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Psicologia social e saúde coletiva são campos que se encontram e se cruzam. Discussões sobre micropolítica do trabalho e educação permanente em saúde podem compor o trabalho junto às juventudes em um serviço que não é de saúde. Nesse sentido, a construção deste estudo pretende exercitar o pensamento, desnaturalizando conceitos com a aposta de contribuir, potencialmente, para fazer aparecer novas estratégias e práticas ligadas ao tema em questão. Entendemos que toda produção de conhecimento passa por esse movimento, o que permite a composição de novas ideias. Pois,

Admitindo que toda a produção de conhecimento caminha para uma “forma do conhecimento”, seu regime de verdades e seu domínio de visibilidades e enunciados, reconhecemos e destacamos a persistência/insistência de um “fora” permanentemente interrogando, desacomodando, amassando a “forma” (um “fora da forma”) (CECCIM et al., 2016, p. 19).

Sendo assim, entre nós e o passado, o intuito é voltar o olhar ao tempo presente, tomando o processo de escrita como uma experiência que não se encerra em si mesma, que está em permanente metamorfose (LARROSA, 2004). Dessa forma, o objetivo é de tensionar os regimes de verdade que circulam e sustentam a produção e implementação de políticas públicas de/para juventudes, com foco na prevenção social, almejando problematizar os modos de subjetivação que operam a construção de uma subjetividade juvenil vulnerável e problemática e, ao mesmo tempo, funcional e produtiva. Por fim, tendo como analisador⁴ a diversidade, discutiremos os desafios e as potencialidades do trabalho intersetorial e multiprofissional. O filósofo Michel Foucault aponta um importante questionamento a respeito disso. Em suas palavras,

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem movimentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Contudo, para além do que se quer dizer, escrevemos na tentativa de dar o que pensar, sem pretensão de fechar conclusões, mas de ampliar o debate. Tratar a temática das juventudes e políticas públicas é tarefa complexa e, ao mesmo tempo, urgente e necessária. Enquanto uma escrita que se relaciona com um presente repleto de experiência e de tempo consciente de sua fugacidade, encaramos o desafio de transformar em problema a relação entre pensar e escrever, como propõe Larrosa (2003). Portanto, enfrentar o balanço de certezas será inevitável durante o percurso, mas a proposta é mesmo essa, o que permite criar fissuras e abrir espaço para novos caminhos possíveis.

4 Os analisadores são ferramentas analíticas, “aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 174).

Juventude e estratégias de governo: os disparos da discussão

Por onde seguir? Nesta primeira parte do trabalho temos como disparador o questionamento de como a juventude vai se tornando alvo de intervenções e investimentos no campo das políticas públicas. A partir de 1980, ocorreram importantes movimentos sociais no Brasil que se encontravam encerrando o período ditatorial. Dentre as lutas do período, vemos a busca por direitos e proteção da criança e do adolescente com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). Desde então, seguiram importantes avanços no quadro de políticas que consideram a pauta das juventudes. Não cabe à discussão desenvolver especificamente a análise entre os conceitos juventude e adolescência, mas vale ressaltar que o fenômeno da juventude faz transbordar o conceito da adolescência, pois diz respeito a mais do que uma fase da vida. De acordo com pesquisadoras do tema, “a noção de adolescência emerge inteiramente vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatória e similarmente” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Referente à legislação, destacamos os seguintes feitos. A partir da Lei N° 11.129, de 30 de junho de 2005, criou-se o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), responsável por desenvolver ações voltadas para a promoção de políticas públicas de juventude, bem como a Secretaria Nacional da Juventude, responsável por articular programas e projetos, no âmbito federal, para jovens de 15 a 29 anos (BRASIL, 2005). Nesta mesma legislação foi também instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, mas que só passou a reger-se em 2008, através da Lei N° 11.692, de 10 de junho de 2008, cujo objetivo é promover a reintegração de jovens ao processo educacional, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2008).

O Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, foi instituído no dia 5 de agosto de 2013, a partir da Lei N° 12.852, pelo governo Dilma Rousseff (BRASIL, 2013). O documento tem um texto muito bem escrito, considerando amplos fatores e aspectos referentes à população em questão. Dentre os princípios, destacamos a promoção da autonomia e a valorização da participação dos jovens no desenvolvimento do país, respeito à identidade e à diversidade, individual e coletiva, a promoção da cultura de paz e vida segura. Das diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos e privados, bem como a intersetorialidade, enfatizamos o incentivo à ampla participação juvenil na formulação, implementação e avaliação de programas e políticas estruturais e a produção de conhecimento sobre juventude.

Os direitos estão divididos em cidadania, participação social e política e representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e liberdade de expressão, desporto e lazer, território e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça. A visualização de todos, mesmo que de forma geral, é importante, pois chama atenção para a quantidade de espaços e saberes que visam, de alguma forma, explicar, coordenar e fazer a gestão da população jovem, que como dispõe o Estatuto, compreende a faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013). Por entre essas políticas passa uma das tecnologias de poder, a qual Foucault (1999) nos ajuda a entender.

Ao fazer uma breve retomada histórica, a partir do século XVII, é marcada a passagem do Estado soberano para o Estado moderno que segue e se instaura em meados do século XVIII e início do século XIX. Foucault (1999) nos chama atenção para uma questão em evidência que marca o deslocamento do poder e das formas como ele se efetua. Segundo o autor,

uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Sob esta lógica, a vida passa a ser alvo de investimento do Estado, que passa a intervir a partir de tecnologias de poder, o que Foucault (1999) chamou de biopoder. Ao apresentar sua teoria, diz que o poder sobre a vida se desenvolve em dois polos, um que se responsabilizará do corpo (individual), enquanto organismo a ser disciplinado, e outro que terá como foco a organização do homem enquanto espécie, na sua dimensão de população. Um que opera na produção de uma anátomo-política do corpo humano e outro que se preocupa em realizar a gestão da vida, que se efetua enquanto biopolítica. Ressalta ainda que essas séries não fazem oposição entre si, mas estão em níveis diferentes, o que as permite articularem-se uma com a outra (FOUCAULT, 1999).

Quando a população se torna um problema político e se estabelecem mecanismos que, a partir de medições globais, visam dar conta dos fenômenos de massa, busca-se fixar um equilíbrio que investe um poder contínuo sobre a vida. Nesse cenário, aparecem as primeiras demografias, as medições estatísticas de processos de natalidade, morbidade, longevidade, elaborando formas de controle em que são definidos campos de intervenção dos processos de saber-poder (FOUCAULT, 1999). Eis que surge um elemento importante, que circula entre o poder disciplinar e de regulamentação, a norma, constituindo um conjunto de saberes e práticas que

constituem formas de governo capazes de classificar segmentos populacionais, diagnosticar os níveis de normalidade ou de desvio dos sujeitos, propor formas não só de tratamento, como também de prevenção, educação ou regulação e até mesmo, como vemos nos dias de hoje, de promoção da vida (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010, p. 334).

Importa para a discussão a noção de que a vida passa a ser governada, produzindo uma biopolítica da existência ou uma forma de governamentalidade. Tal lógica se desenvolve e instaura discursos, cujo interesse é fazer a administração da população de forma sutil e detalhada, visando garantir a regulação e a gestão da multiplicidade do homem enquanto espécie (FOUCAULT, 2008). Sob essa perspectiva, é possível entender uma das preocupações da época, pois estamos falando do período da primeira e segunda revolução industrial, em que a vida humana se tornou mão de obra do capitalismo e o poder foi sendo dissolvido por diferentes camadas da população. Dessa forma,

No desenrolar desse esquema jurídico-político, vão sendo construídas prerrogativas fragmentadas sobre os sujeitos. Assim, aparecem particularidades nas legislações, que vão possibilitar o alicerce de várias categorias humanas, dentre as quais vai se encaixar a juventude (e dentro da qual, novas divisões serão produzidas: o jovem infrator, o jovem rural, o jovem protagonista social, entre outros) (HADLER, 2010, p. 87).

Há ainda uma questão emergente que queremos destacar, que o próprio Foucault alerta quando fala no exercício do biopoder. Existe, pois, um paradoxo a ser problematizado: “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (FOUCAULT, 1999, p. 304). A torção que aparece aqui chama atenção para a existência de um racismo estrutural de Estado que tem como função determinar quem deve viver e quem deve morrer, apontando os perigos externos e internos para a população. E quando se fala em “deixar morrer”, não necessariamente quer dizer matar, mas expor certas vidas à morte, rejeitar e fragmentar grupos populacionais ditos inferiores.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 1999, p. 304).

Tal questão aparece como ponto fundamental para discussão. Não há como deixar de lado a questão racial quando o assunto é sobre juventudes. Por todos os lados, notícias e dados apontam que a juventude que morre, ou que é “matada”, é em sua maioria composta por jovens negros, não vê quem não quer. Conforme aponta Waiselfisz (2016) em seu estudo sobre o número de Homicídios por Armas de Fogo (HAF),

Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo (WAISELFISZ, 2016, p. 72).

Enquanto pessoas brancas que usufruem de certos privilégios, mas que defendem a luta contra desigualdade social e pelos direitos sociais, acreditávamos que éramos, por isso, pessoas livres de preconceitos. No entanto, o trabalho junto às juventudes mostra que temos muito a desconstruir e nos leva a um questionamento diário: qual nosso papel nessa luta? Aproveitar o espaço acadêmico para ampliar tal olhar é um dos caminhos possíveis⁵.

Está previsto no Estatuto da Juventude que as políticas de segurança pública para jovens deverão garantir a prevenção e o enfrentamento da violência (BRASIL, 2013). No entanto, muito se ouve dos jovens que a única política de segurança que chega às comunidades é a polícia “metendo o pé na porta”. Os relatos sobre as abordagens policiais violentas são constantes,

5 Ainda é bastante presente a negação do racismo em pessoas brancas. O cantor Nego Max faz uma provocação nesse sentido em uma de suas canções. MAX, Nego. Eu não sou racista. **Youtube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v2DCHWp2XyA>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

principalmente quando se trata de jovens negros. Portanto, que segurança é essa? Já ouviu aquela expressão que “na prática a teoria é outra”? Pois é, ela se encaixa bem nesse contexto⁶.

Como canta o rapper Criolo “como assim bala perdida se o corpo caiu no chão?”. Enquanto profissionais da saúde, é urgente considerarmos essa realidade ao pensar nossas práticas, ainda mais quando voltadas para área de direitos humanos, em defesa de uma saúde pública integral e de qualidade. Tais dados refletem diretamente no cotidiano do trabalho e, por isso, a urgência de colocarmos em prática uma política antirracista, pois essa luta também é nossa.

Não há como negar que entender o jovem como sujeito de direitos que necessita de atenção e maiores oportunidades permitiu deslocar o olhar frente a esse grupo e ampliar a discussão no campo das políticas públicas. No entanto, são políticas recentes e, sendo assim, ainda há um longo caminho de melhorias pela frente. No próximo tópico, seguimos no sentido de problematizar a insistência em desenhar a trajetória da juventude colando ao sujeito as expectativas de futuro, ao mesmo tempo em que são produzidos discursos que circundam a juventude e criam racionalidades que sustentam e legitimam o sujeito jovem no lugar de problema social.

Juventude problema: já ouviu falar que o jovem é o futuro?

Pensar, discutir, agir com as políticas de juventudes é uma constante inquietação. Em outras palavras, é viver com a sensação de borboletas na barriga. Um questionamento que muito nos move é indagar a serviço de quem tais políticas existem, a quem ou a quem elas se comprometem. Para tanto, buscaremos desenrolar alguns discursos que circundam essas políticas e que acabam por sustentar estigmas, ora como juventude problema e cidadãos úteis para a sociedade, ora como promessas de futuro.

Até aqui transitamos pela ideia de que há um investimento nas formas de vida da população sob a lógica da biopolítica, a qual se encarrega de fazer a gestão e organização do indivíduo enquanto espécie (FOUCAULT, 2008). Entendendo que a juventude é tomada pelas políticas públicas enquanto população a ser governada, atentos a certos discursos sobre este público, nos aproximamos do entendimento de que há certa preocupação em manejar as formas de ser jovem. Desse modo,

A sujeição dos jovens vai ocorrendo nos campos dos saberes da medicina, da educação, da administração e da produção: uma juventude que se vê como conjunto heterogêneo, que deve ser aproveitada no auge de sua saúde, capacidade e aptidão, gerando cidadãos úteis para a sociedade. Os jovens passam a ser instrumentos do progresso, vistos como achados funcionais para a manutenção das práticas de uma sociedade produtiva (SCISLESKI et al., 2012, p. 27).

6 A respeito disso, a realidade mostra-se diferente. A título de confirmação, aqui estão apresentadas algumas matérias. JOVENS pedem uma abordagem policial menos agressiva e mais respeitosa. **Quero discutir o meu Estado**, 2016. Disponível em: <<https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/4691-jovens-pedem-uma-abordagem-policial-menos-agressiva-e-mais-respeitosa>>. Acesso em: 27 set. 2020.; JOÃO Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html?rel=listapoyo>>. Acesso em: 27 set. 2020.; JOVEM é agredido com tapa e soco de PM durante abordagem em SP. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/jovem-e-agredido-com-tapa-e-soco-de-pm-durante-abordagem-em-sp-veja-video.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2020.; UM adolescente morto por mês. É o resultado das operações policiais no RJ. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/um-adolescente-morto-por-mes-e-o-resultado-das-operacoes-policiais-no-rj.html>>. Acesso em: 27 set. 2020.

O grupo de rap gaúcho Rafuagi, em muitas de suas letras, expõe a luta e o anseio de jovens pela construção de um mundo mais justo e livre de preconceitos, bem como faz denúncia às hipocrisias e incoerências da sociedade. Na canção *Mensagem as juventudes*⁷, o grupo lança uma provocação quando canta: “Já ouviu falar que o jovem é o futuro? Pois é, minha mãe também. Mas minha coroa já tem mais de meio século e que Brasil que a gente tem?”. São tantas as apostas e promessas colocadas em cima das juventudes, mas o que criamos com isso?

Com um funcionamento de caráter político, a biopolítica constitui cortes populacionais que se tornam alvo de ação governamental, como é o caso das juventudes pobres. Ou seja, o próprio discurso que adjetiva os jovens pobres como estando em “situação de risco” funciona como dispositivo de controle sobre suas condutas. Dito de outra forma, é um discurso que defende a reinserção das juventudes pobres dentro dos moldes de comportamento socialmente aceitos: condutas consideradas “normais” (OLIVEIRA; MARQUES, 2016, p. 1205).

São infinitos os discursos produzidos, visando garantir uma organização da vida dos jovens. Para Foucault (2014), discurso é o ato de falar, transmitir, manter e articular ideias, tudo que está no campo da comunicação. Em sua obra, o autor discute como o discurso é organizado e o que ele gera. Portanto, quais implicações estão em afirmar que é necessário investir nas juventudes para evitar que o jovem se torne um problema para a sociedade ao mesmo tempo em que se diz que o jovem é o futuro? E quando se fala em futuro, qual o interesse e/ou compromisso em saber o que esse jovem quer para seu futuro? Foucault (2014) se refere à vontade de saber cuja função é validar regimes de verdade e construir conceitos, cujo efeito é a produção de poder. Poder esse que se exerce por uma população, a qual é orientada através de regimes de verdade que criam e sustentam modos de ser sujeito, como, por exemplo, o desenho de uma juventude problema, vítima de violação de direitos, perigosa, ao mesmo tempo que são vistos como sujeitos funcionais que precisam ser aproveitados no auge de sua produtividade (SCISLESKI et al., 2012).

Pensando nisso, notamos que há um jogo de forças que se apresenta e constitui o discurso do tempo. Pois quando se justifica a criação de uma política pública de prevenção social para o público jovem com a afirmação de que é preciso “evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã” (CERQUEIRA, 2019, p. 30), é como se a vida do sujeito fosse traçada entre passado e futuro, deixando poucas opções para o “ser jovem” no presente.

Dessa forma, as intervenções sobre os sujeitos se justificam ao serem legitimadas normalizações sobre a vida, e, embrenhando-se em meio aos mecanismos de poder agenciados para capturar os considerados anormais e infames, as populações jovens tomadas como abjetas vão se constituindo como vida a ser gerenciada (SCISLESKI et al., 2012, p. 27).

Onde há a insistência na vida a ser gerenciada, há o espaço para a vida ser vivida? Com o passado e futuro definidos, o que resta para o jovem ser ou querer ser no hoje? Pensar as práticas e estratégias de intervenção junto às juventudes é fazer o olhar voltar ao presente, para os espaços onde a vida acontece, ou para a micropolítica do trabalho. No entanto, levando em consideração que políticas públicas são pensadas e elaboradas de uma forma vertical,

7 RAFUAGI. **Mensagem as juventudes**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8cnkMLDRgrg>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

vale destacar que há um longo caminho entre sua elaboração e implementação e que, por vezes, elas deixam a desejar quando entram em confronto com as realidades. O que acontece quando um jovem com traços de esquizofrenia chega a um serviço de portas abertas buscando oportunidades? Como esses casos mobilizam o serviço? Existem protocolos a seguir? Qual a melhor forma de acolher a situação?

Não cabe aqui desenhar quais as melhores formas de atuação, mas imaginar a situação que pode ajudar a ampliar a reflexão em relação à estrutura das estratégias de intervenção nestes cenários. Para além da demanda do jovem, a equipe, por mais plural que seja, precisa corresponder às demandas do serviço e, com isso, acaba por seguir certos protocolos que dizem respeito ao fluxo de funcionamento de determinadas instituições, tais como solicitar diagnóstico e/ou encaminhamento do serviço de saúde mental, para saber se esse jovem já é acompanhado por outro serviço e se há uso de medicação, buscando entender sua rede de referência e contrarreferência, esta última no que diz respeito aos profissionais que o atendem em outro serviço. Mas, se o jovem está sem essas referências, ele deixará de ser atendido? Quais incômodos são provocados nos profissionais e nos serviços? Será que o caminho de intervenção acaba se tornando burocratizado? Quais os entraves do excesso de protocolos?

As discussões que se sobressaem no campo da saúde quanto às juventudes estão bastante voltadas para a questão da drogadição. Tal afirmação pode ser observada ao buscar artigos sobre juventudes e saúde mental, ou lendo a seção que prevê os direitos à saúde dos jovens que compõem o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Na prática, dentro do que foi vivenciado pela autora em um de seus campos de trabalho com jovens em um serviço que oferecia cursos de profissionalização e atividades de lazer e cultura, as cobranças dadas à intervenção da psicologia muitas vezes buscavam convencer um jovem que não estava dentro do comportamento esperado a buscar atendimento de saúde mental e tomar medicação, pois a ideia que se tinha era a de que, se medicado, corresponderia melhor às ordens do serviço e, conseqüentemente, não atrapalharia o fluxo da equipe.

Há uma cena marcada dos cotidianos corridos e intensos do trabalho, na qual um jovem, por estar com uma conduta dispersa que atrapalhava o andamento de algumas atividades, produziu o discurso de que ele estaria causando um adoecimento na equipe, o que levou ao questionamento sobre a continuidade do aluno nos cursos. Mas será que não éramos nós, a equipe, ou o funcionamento da instituição, que não suportava lidar com um jovem “diferente”? Situações como essa são trazidas na lembrança pelo incômodo e impotência que foram disparados naquela ocasião. Pois, nessas situações se criava um dilema entre atender às exigências institucionais e corresponder às expectativas do jovem quando dizia: “mas eu não quero tomar medicação, ela me faz mal, eu não me sinto bem tomando. Além de que eu espero muito para ser atendido no postinho e a doutora não escuta direito o que eu falo”⁸.

Nesse ponto, nosso intuito não é julgar se a equipe estava errada ou certa, mas trazer a reflexão no sentido de produzir tensionamentos e ampliar o olhar frente ao público-alvo em questão, de forma a deslocar a concepção de juventude enquanto um grupo massificado passível de intervenções homogeneizantes e protocolares. Não cabe apenas à psicologia social refletir sobre isso, a saúde pública precisa aproximar-se desse debate⁹.

8 Relato de experiência profissional vivida pela autora deste trabalho, Ligia Tlajia Leipnitz.

9 Em canção recente, Emicida, em parceria com Majur e Pablo Vittar, traz à tona as questões subjetivas que atravessam as vivências de jovens negros e periféricos. EMICIDA; MAJUR; VITTAR, Pablo. AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte). **Youtube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

Ressaltamos a importância de certos incômodos, cujo movimento produzido exige o enfrentamento de certezas dos profissionais e atores que trabalham diretamente com as juventudes, pois, mesmo que uma política pública tenha como fim intervir na segurança com o objetivo da diminuição da violência e da letalidade juvenil, bem como na educação, ampliando as oportunidades para os jovens, fica evidente que a produção de saúde atravessa as estratégias de intervenção dessas políticas, cobrando um outro fazer possível que é da ordem dos afetos ou das dinâmicas das relações, colocando o desafio da produção do cuidado em ato (MERHY, 1997). Quando uma estratégia de intervenção não está funcionando, onde está o problema? A discussão segue no sentido de indagar o que podem essas políticas quando se atualizam na prática e pretendem produzir mudanças.

Explodindo caixinhas, quando o “diferente” cobra: que outras narrativas possíveis?

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir
(AmarElo - Emicida)¹⁰

Entendendo que o “ser jovem” é complexo, multideterminado e movediço, trazemos para a cena um dos pontos mais vibrantes deste público: a diversidade, que enquanto para uns vibra incômodo, para outros vibra potência. Considerando outros fatores, como pobreza, más condições de vida e a precariedade na qualidade e no acesso a serviços básicos, como educação, saúde e assistência, a construção de um fazer híbrido de práticas e saberes, promovendo diálogo entre diferentes serviços e setores, surge como a melhor estratégia para atuação junto às juventudes.

Propostas que pretendem atuar no “antes”, ou seja, no sentido de promover saúde e educação, ampliar espaços de convivência e socialização, garantir oportunidades e inclusão no mercado de trabalho, ofertar atividades culturais e de lazer, evidenciam a importância do enfoque multiprofissional e intersetorial como apostas potentes para fazer diferença na vida dos jovens. Um exemplo é o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), implementado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH).

10 EMICIDA. **AmarElo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uJcJV6g5mV8>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

O Programa mencionado tem como foco a prevenção e seu público-alvo são jovens de 15 a 24 anos que vivem em áreas de grande vulnerabilidade e altos índices de criminalidade. Sua execução acontece por quatro eixos: i) prevenção social e situacional da violência, ii) efetividade policial, iii) modernização do processo de ressocialização e socioeducação e iv) fortalecimento institucional. O primeiro eixo aproxima-se mais da discussão aqui proposta, pois diz respeito à construção e implementação de seis Centros da Juventude (CJ) na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, cujo objetivo é a atuação através de ações afirmativas voltadas para formação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, bem como a oferta de oficinas culturais e atividades esportivas, ampliação de espaços de lazer e convivência, promovendo discussões que pautam a cidadania, direitos humanos, comunicação não violenta, diversidade, empreendedorismo etc.¹¹

Cada CJ é gerido por uma instituição diferente, que executa o trabalho em parceria com o Governo do Estado e funciona como serviço de portas abertas, oferecendo acolhimento e acesso gratuito aos jovens de determinada comunidade, desde 2017. Em uma breve análise, identificamos três instituições que visam intervir na vida dos jovens: o banco internacional que financia o Programa, o Governo do Estado que executa o papel da gestão pública e a instituição privada que faz acontecer a política na prática, além de muitas outras que não estão descritas, mas que perpassam toda a construção do POD.

Ainda que a política seja voltada para, entre outras coisas, oferecer mais oportunidades e garantir direitos para as juventudes, supostamente há um caminho vertical em sua execução, no qual, paradoxalmente, o público-alvo é o fim dessa linha. Sendo um contrato de parceria em que há um órgão financiador e outro prestador de serviços, no meio disso tudo está a prestação de contas que, além do controle e da fiscalização financeira, as entidades prestadoras, seja o governo do estado para o BID, seja as instituições parceiras para o estado, passam pela análise da execução do objeto, que é o dever de apresentar resultados. A questão é que para se chegar aos “resultados” são possíveis diferentes caminhos e pontos de vista. Por um lado, para o órgão financiador, o resultado tem a ver com o número de jovens atendidos, por outro lado, para quem está executando o trabalho na ponta, ou seja, que se relaciona diretamente com os jovens, o entendimento de resultado é fazer diferença, de fato, na vida do sujeito. Um jovem que foi atendido, que conta como mais um número, não necessariamente foi impactado, ou seja, ele pode só ter passado pelo serviço, mas a prestação de contas valoriza mais números. E a visão do Estado quanto a isso, pressupomos, vai depender da perspectiva político-ideológica do governo que estará no poder.

Ao expor tal raciocínio, buscamos conduzir o olhar a fim de perceber quando a vida entra nos cálculos do poder, sendo um exemplo de expressão da biopolítica. São os jogos de poder que se apresentam, se espalham como uma malha entre as instituições e vão construindo modos de fazer e operar, o que faz pensar que a exigência de resultados a partir da expectativa dos números pode acabar por burocratizar o fazer profissional, reforçando a construção de estratégias que visam intervir em um grupo populacional, que desenha “um caminho de construção desse trânsito da multiplicidade das multidões para o uno das populações” (MEHRY; STEFANINI; MARTINO, 2015, p. 103).

Cabe ressaltar que o intuito não é contrapor as políticas como o POD, mas trazê-las para análise no sentido de ir além dos discursos vigentes e questionar o quanto os programas estão realmente comprometidos com a mudança de vida dos jovens e preocupados com a forma com

11 O que é POD? Programa de Oportunidades e Direitos. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://pod.rs.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

que os mesmos veem e sentem o mundo. Além disso, refletir de que forma os profissionais e trabalhadores dos serviços da ponta conseguem corresponder às expectativas das instituições, assim como às demandas dos jovens. Quais as implicações desse efeito massivo no fazer profissional e na relação com as juventudes?

Ousamos em dizer que é o excesso de burocracia, e não o comportamento “inadequado” de um jovem, que pode levar ao adoecimento de uma equipe. Não é tarefa simples a composição de um fazer multiprofissional e intersetorial com foco nas juventudes, pois exige um movimento elástico dos profissionais. Além da integração entre saberes e práticas, que também exige uma ampla participação de todos envolvidos e, com isso, diminuir a sobrecarga e possibilitar maior qualificação do trabalho.

Quando falamos da elaboração, implementação e gestão de uma política pública, no caso voltada às juventudes, também nos cabe pensar qual a sua representatividade. Não foi encontrado um dado que expresse exatamente a porcentagem racial e/ou de classe social de quem ocupa cargos políticos atualmente no governo brasileiro, mas é visível que grande parte das pessoas que pensam e elaboram tais políticas não vieram das favelas, periferias e bairros pobres, não são jovens e são em sua maioria homens brancos. Contraditório, não é? Que lógica passa por essa construção se não a de segregar, manejar e controlar a vida de determinados grupos populacionais em detrimento de outros?

Por isso a questão da diversidade surge como um forte analisador na pauta das juventudes, pois é uma característica que faz explodir a forma e mostra que o “ser jovem” não cabe na modelagem, produzindo uma reviravolta que “ao poder sobre a vida responde a potência da vida” (PELBART, 2007, p. 58). Tentar subverter a lógica homogeneizante e protocolar que atravessa nossas práticas, seja pelos saberes a priori, seja pela burocracia institucional, é um grande desafio, mas um caminho possível, nem que por alguns instantes, conforme é salientado no trecho que segue:

Para fins deste debate, destaco que aquilo que deve ser realmente central à Educação Permanente em Saúde é sua porosidade à realidade mutável e mutante das ações e dos serviços de saúde; é sua ligação política com a formação de perfis profissionais e de serviços, a introdução de mecanismos, espaços e temas que geram auto-análise, autogestão, implicação, mudança institucional, enfim, pensamento (disruptura com instituídos, fórmulas ou modelos) e experimentação (em contexto, em afetividade – sendo afetado pela realidade/afecção) (CECCIM, 2005, p. 162).

Considerações finais: um fim que não se encerra

Falar em diversidade também tem a ver com a promoção do protagonismo juvenil, mas, mais do que isso, garantir a ampliação de espaços para que essas vozes ecoem. Qual será o real interesse, dentro de espaços como os Centros da Juventude, para que isso ocorra? Ou, quais as condições que o órgão gestor, nesse caso, o Estado, fornece para que a política de promoção de oportunidades e garantia de direitos se efetive na prática? Dentre algumas falas que marcaram, uma jovem que realizava cursos em um dos Centros da Juventude disse: “a gente não precisa que nos deem voz, a gente precisa que nos deixem falar”. O trabalho junto às juventudes nos ensina muito, mas também, e principalmente, nos leva a colocar em questão as práticas e a bagagem de saberes a priori. Toda vez que essa abertura é permitida, temos a possibilidade de

nos aproximarmos dos jovens, deixá-los falar e aprender a escutar para compreender, e não apenas para responder e orientar condutas.

Programas como o POD, que se constroem a partir do trabalho híbrido, da composição multiprofissional e pelas ações intersetoriais, precisam seguir se expandindo. Deixar que falem as juventudes é a aposta daqui para frente. O avanço talvez não tenha a ver com a criação de novas estratégias, mas com articular a efetivação do que já está previsto, como a ampliação de espaços públicos sociais e políticos, garantindo a inclusão dos jovens com direito a voz e voto, conforme o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

Enquanto linguagem da experiência, a escrita foi se desenvolvendo numa relação entre subjetividade, pensamento e pluralidade em que a única constância foi a metamorfose (LARROSA, 2004). Assim como na prática, a postura inquieta também acompanha o desenrolar das ideias e a produção de conhecimento. Entre idas e vindas, paradas e retomadas, as ideias foram tecidas como quem costura uma colcha de retalhos.

Trabalhar com as juventudes deixa em evidência a necessidade de ampliar o campo de visão, pois, considerando que somos parte daquilo que buscamos analisar e/ou mudar, é preciso colocar em xeque os saberes a priori e assumir uma postura ético-política frente às nossas ações. Tal movimento é capaz de gerar maior engajamento naquilo que se faz e mostra que o aprender não está somente em livros ou em produção de conhecimento teórico. Aprender também acontece no fazer, no encontro com o outro, no movimento de afetar e deixar-se afetar.

Como provocado ao longo do texto, ainda que existam avanços no campo das políticas públicas de/para juventudes, há um longo caminho de melhorias pela frente. Nesse sentido, chegar ao fim desta escrita não significa marcar um ponto final, mas abrir brechas para outros caminhos com vistas a desenhar novos pontos de partida e imaginar outros percursos possíveis. O encontro de saberes da psicologia social e da saúde coletiva permite maior abertura para o fazer multiprofissional, além de proporcionar um olhar atento, cuidadoso e sensível frente às adversidades do cotidiano do trabalho. Ainda que o foco do estudo tenha sido problematizar os discursos que circundam a criação e implementação de políticas públicas de/para juventudes, foram levantados problemas pertinentes a outras áreas ou temáticas, como a discussão do racismo, da representatividade política e da importância de questionarmos nossas práticas de modo a refletir a serviço de que/quem está a criação de tecnologias que visam dar conta e organizar a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.852%2C%20DE%205%20DE%20AGOSTO%20DE%202013.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Juventude,Sistema%20Nacional%20de%20Juventude%20%2D%20SINAJUVE.>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 161-77, set. 2005.

CECCIM, R. B. et al. **Intensidade na atenção básica:** prospecção de experiências ‘informes’ e pesquisa-formação. Porto Alegre: Rede Unida, 2016.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da violência 2019:** retrato dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada, 2019.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; DO NASCIMENTO, M. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. São Paulo: Loyola, 2014.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. **Psico:** PUCRS, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 332-339, set. 2010.

GUIMARÃES, C. F.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. S. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 4, p. 632-645, 2006.

HADLER, O. H. **Nas trilhas de João e Maria**: a produção do sujeito jovem. Pelotas: Textos, 2010.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, p. 102-115, 2003.

_____. A Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 27-43, set. 2004.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Org.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 151-167.

MERHY, E. E.; STEFANINI, A.; MARTINO, A. **Problematizando epistemologias na saúde coletiva**: saberes da cooperação Brasil e Itália. Porto Alegre : Rede UNIDA; Bolonha: CSI-Unibo, 2015.

OLIVEIRA, M. L.; MARQUES, L. R. Políticas de juventudes: histórias de vida, educação e resistência. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1203-1222, 2016.

PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta**, v. 7, p. 57-66, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7iop57-66>>. Acesso em: 9 set. 2020.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SCISLESKI, A. C. C. et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 3, p. 19-34, 2012.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: Homicídios por Armas de Fogo. Secretaria Nacional de Juventude, 2016.

Resumo Este trabalho aborda os desafios e potencialidades das políticas públicas de/para juventudes. A partir de reflexões e questionamentos vivenciados durante a trajetória acadêmica e profissional, desenha-se o problema de pesquisa que busca tensionar os discursos que circulam e sustentam a produção e implementação de políticas públicas de/para juventudes. O trabalho desenvolve-se enquanto ensaio, que toma a escrita como linguagem da experiência e se preocupa em transformar em problema a relação entre pensar e escrever. O estudo articula conhecimentos advindos da escola pós-estruturalista, da saúde pública e da psicologia social, e tem como objetivo problematizar os modos de subjetivação que circulam entre uma juventude vulnerável e problemática, ao mesmo tempo, funcional e produtiva, no sentido de discutir os efeitos dessa produção. Ao final, a característica da diversidade surge como importante analisador na discussão sobre os desafios e as potencialidades do trabalho intersectorial e multiprofissional com as juventudes.

Palavras-chave: saúde pública, políticas públicas, juventudes, psicologia social, diversidade.

Juventud y Políticas Públicas: ensayando reflexiones sobre los desafíos y potencialidades de prácticas psicosociales

Resumen El presente artículo aborda los desafíos y potencialidades de las Políticas Públicas de/para juventudes. A partir de reflexiones y cuestionamientos vivenciados durante la trayectoria académica y profesional, se dibuja el problema de investigación que busca tensar los discursos que circulan y sostienen la producción e implementación de políticas públicas de/para juventudes. Este trabajo se desarrolla en cuanto ensayo, que toma la escritura como lenguaje de experiencia y se preocupa en transformar en problema la relación entre pensar y escribir. El estudio articula conocimientos surgidos de la escuela post-estructuralista, de salud pública y de psicología social, y tiene como objetivos problematizar los modos de subjetivación que circulan entre una juventud vulnerable y problemática, al mismo tiempo, funcional y productiva, en el sentido de discutir los efectos de esta producción. Por fin la característica de la diversidad surge como importante analizador en la discusión sobre los desafíos y las potencialidades del trabajo intersectorial y multiprofesional con las juventudes.

Palabras clave: salud pública, políticas públicas, juventudes, psicología social, diversidad.

Youth and public policies: rehearsing reflections on the challenges and potential of psychosocial action

Abstract This paper addresses the challenges and potentialities of Public Policies of/for the youth. Based on reflections and questions experienced during the academic and professional trajectory, the research problem is designed to seek for tensions in the discourses that circulate and support the production and implementation of public policies of/for the youth. This work is shaped as an essay, which takes writing as language of experience and is concerned with transforming the relationship between thinking and writing into a problem. This study articulates knowledge arising from the post-structuralist school, public health and social psychology, and aims to problematize the modes of subjectivation that circulate between a vulnerable and problematic youth, at the same time, functional and productive, in order to discuss the effects of this production. In the end, the characteristic of diversity emerges as an important analyzer in the discussion about the challenges and potentialities of the intersectoral and multidisciplinary work with the youth.

Keywords: public health, public policy, youth, social psychology, diversity.

DATA DE RECEBIMENTO: 26/07/2021

DATA DE APROVAÇÃO: 02/08/2023



Ligia Tlajja Leipnitz

Psicóloga, Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Psicoterapeuta e Focalizadora de Danças Circulares.

E-mail: litlajja@gmail.com



Luiz Fernando Alvarenga

Fisioterapeuta, Doutor em Educação, Professor Adjunto do curso de Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

E-mail: luiz.alvarenga@ufrgs.br